



"A redução do déficit primário é essencial para a queda dos juros e retomada do crescimento"

# AJUSTE FISCAL



QUINTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1998

GAZETA MERCANTIL

PÁGINA 1

## Proposta tem plano de ação e reforma estrutural

O Programa de Estabilidade Fiscal (PEF) anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, é composto por medidas de curto, médio e longo prazos para tentar controlar o crônico déficit público do País nos próximos três anos. O programa tem um componente estrutural e o Plano de Ação 1999-2001. Inclui desde o aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade (Cofins) para empresas e, possivelmente, para os bancos, e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), até a reforma tributária e proposta de mudança na legislação trabalhista.

Ao defender a adoção das medidas, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que, se o ajuste não for feito na magnitude necessária, "caminharemos muito rapidamente para uma situação de insolvência fiscal". Ele admitiu que o Congresso poderá fazer alterações nas propostas do governo: "Não estamos numa ditadura e nem podemos impor nada aos parlamentares". O importante, segundo ele, é que mesmo com as alterações, se produza o efeito pretendido.

As propostas do governo serão agora encaminhadas oficialmente ao Fundo Monetário Internacional para serem avaliadas. Os assessores do Ministério da Fazenda não sabem prever o tempo que o FMI levará para se pronunciar sobre as propostas. A resposta, segundo um dos assessores, poderá ser dada entre duas semanas e dois meses, mas irá depender da tramitação das me-

Medidas dependem de votação do Congresso. Governo conta com aprovação imediata da reforma da Previdência e do aumento para 0,38% da CPMF. Só depois FMI deve dar seu aval para viabilizar o pacote de ajuda internacional

Aldo Renato Soares, de Brasília

didas no Congresso.

O desafio imediato é combater o desequilíbrio nas contas da Previdência, que tem sido o principal obstáculo à melhoria dos resultados fiscais da União, estados e municípios. O resultado consolidado da previdência do setor público e dos 18 milhões de aposentados do setor privado aponta para um déficit de R\$ 42,2 bilhões este ano. Sem a reforma constitucional, cuja vota-

ção está para ser concluída no Congresso, a diferença entre as contribuições arrecadadas e os benefícios pagos aumentaria para R\$ 49,6 bilhões no ano que vem.

Nas contas da previdência das

três esferas do setor público, o déficit previsto este ano é de R\$ 34,43 bilhões, sendo R\$ 18,317 bilhões da União, R\$ 13,595 bilhões dos estados e R\$ 2,518 dos municípios. De acordo com o governo, mantida a tendência atual, os gastos com aposentadorias e pensões vão acabar inviabilizando as administrações públicas.

Nos estados, o gasto com inativos corresponde à metade dos gastos totais com a folha de pagamento — contribuindo para que as despesas com a folha, na maioria dos casos, fiquem bastante acima do limite de 60% da receita líquida determinado pela "Lei Camata". Nos Municípios, a situação é de total des controle, já que a maioria deles não apresenta sequer número de segurados para os quais há distribuição de riscos atuarialmente consistentes. Os gastos

com pessoal e encargos e benefícios da previdência neste ano chegarão a R\$ 101 bilhões.

A equipe econômica conta com a aprovação imediata da reforma da Previdência e com a aprovação do aumento, para 0,38% da CPMF o

mais rápido possível. O objetivo a curto prazo é ganhar a credibilidade da comunidade financeira internacional e fechar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A retomada das conversas com o Fundo será na próxima semana, de-

pois de definidos os cortes no Orçamento do próximo ano. Malan disse que o País não pode enfrentar os problemas de forma gradual porque a gravidade da crise internacional exige um enfrentamento direto do desequilíbrio fiscal. "O tempo do gradualismo acabou", afirmou.

As medidas de incremento da receita e corte das despesas terão um impacto significativo na atividade econômica do País. Segundo o Plano de Ação 1999-2001 — incluído no PEF — este ano o Brasil terá uma inflação de 1,5% e um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,5%. Para 1999, a projeção de inflação é de 2% e uma queda de 1% no PIB. Pelas projeções do governo, o País só voltará a crescer em 2000, com 3%, e em 2001, com 4%.

Em 1999, de acordo com o governo, os ajustes propostos representarão um ganho de R\$ 28,024 bilhões, sendo que R\$ 13,269 bilhões através da elevação de receitas, R\$ 2,554 bilhões da redução do déficit previdenciário, R\$ 8,671 bilhões da redução de gastos, e R\$ 3,53 bilhões em medidas estruturais. Segundo as metas estabelecidas, as reformas estruturais propiciarão um ganho de R\$ 12,6 bilhões em 2001.

O ministro Pedro Malan destacou que a redução do déficit primário é condição essencial para a queda gradual das taxas de juros e da retomada do crescimento econômico. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, afirmou que, dependendo dos resultados do ajuste fiscal — e da conjuntura internacional —, as taxas de juros poderão cair a partir do primeiro trimestre de 1999. No próximo ano, a média da taxa de juros cairia para 20%, em 2000 para 15% e em 2001 ficaria entre 10% e 15%.



### As medidas

#### CPMF

Alíquota sobe de 0,20% para 0,38% em 1999 (em 2000 e 2001, será de 0,30%)

#### Previdência

Servidores e aposentados do serviço público que ganhem acima de R\$ 1,2 mil farão contribuição adicional de 9% para a previdência, durante cinco anos

#### FEF

Prorrogado até 31 de dezembro de 2006. O percentual passa de 20% para 40%

#### Orçamento

Corte de R\$ 8,7 bilhões para 1999

#### Cofins

Alíquota sobe de 2% para 3%. Bancos passam a pagar

#### Estatais

Corte de R\$ 2,7 bilhões nos gastos para 1999 e 2001

#### Impacto

A previsão de ganho fiscal é de R\$ 28 bilhões em 1999, R\$ 33,8 bilhões em 2000 e R\$ 38 bilhões em 2001

#### Receita

O pacote prevê ganho de receita de R\$ 13,3 bilhões, ou 47,3% do total; os cortes responderão por R\$ 8,7 bilhões, a previdência, por R\$ 2,6 bilhões, e as medidas estruturais, por R\$ 3,5 bilhões

#### Reforma tributária

ICMS, IPI, ISS, Cofins e PIS serão substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a cargo da União

Fonte: Ministério da Fazenda

### Esforço

Adicional necessário no Governo Federal

	1999	2000	2001
<b>Primário Proposto</b>			
em R\$ bilhões correntes	16,4	19,1	23,3
em % do PIB	1,80	2,00	2,30
<b>Primário Projetado (sem alterações de política)</b>			
em R\$ bilhões correntes	-11,6	-13,9	-16,1
em % do PIB	-1,28	-1,45	-1,58
<b>Esforço Adicional</b>			
em R\$ bilhões correntes	28,0	33,0	39,4
em % do PIB	3,08	3,45	3,88

Fonte: Ministério da Fazenda